

## Sem mobilização reajuste salarial não será enviado ao Congresso

**E**m ato unificado da categoria em frente à Justiça Federal da avenida Rio Branco, ao meio dia de quinta-feira, 10 de setembro, foram indicados os representantes do Rio de Janeiro para a próxima Reunião Ampliada da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe). O encontro acontece no sábado, 12 de setembro, em Brasília e vai tratar, principalmente, do projeto de lei da revisão salarial – que está parado no STF.

O Sisejufe chamou a categoria dos servidores do Judiciário Federal no Rio de Janeiro para o Dia Nacional de Lutas, em 10 de setembro, com a má notícia de que o STF não enviou a anteproposta de reajuste no final de agosto, o que criou uma nova dificuldade política para conseguirmos no ano que vem a vitória da nossa proposta – em que pese os sindicatos e a Fenajufe terem chegado, na negociação, a uma proposta mínima para envio imediato do projeto ao Congresso, dentro do prazo da Lei de Orçamento 2010. Não é hora de pessimismo, mas também não é hora de conformismo. É hora de a categoria dar uma forte resposta de mobili-

zação, participando das atividades propostas pela Fenajufe e pelo sindicato.

Sem luta não haverá aumento. É grave o fato de o STF não ter enviado o projeto no prazo. Ainda que a categoria esteja costurando uma alternativa (apensar ao PL 319/07 a nossa reestruturação), sabe-se que é preciso esforço para se conseguir dotação orçamentária suplementar que viabilize o projeto. Isto já foi feito no último PCS3, mas foi fruto de muitas lutas e mobilização.

O Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou no dia 8 de setembro um parecer de mérito sobre a proposta orçamentária para 2010 da Justiça Eleitoral, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), da Justiça do Trabalho, da Justiça Federal, do Superior Tribunal Militar (STM) e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Passaram as dotações propostas de R\$ 5,164 bilhões para a Justiça Eleitoral; de R\$ 10,863 bilhões para a Justiça do Trabalho; de R\$ 1,512 bilhão para o TJDFT; de R\$ 6,444 bilhões para a Justiça Federal; de R\$ 997,136 milhões para o STJ e de R\$ 369,696 milhões para o STM.

De acordo com o relator, conselheiro Leomar Barros Amorim de Sousa, as propostas dos órgãos do Poder Judiciário foram elaboradas em conformidade com os prazos, parâmetros e procedimentos estabelecidos pela legislação em vigor e refletem as necessidades de recursos dos órgãos. O parecer do CNJ foi enca-

minhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional com cópia para a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento.

“No projeto, no entanto, não consta o aumento dos servidores públicos do Judiciário, só o aumento do subsídio da magistratura. Isto nos leva a radicalizar a nossa luta pelo envio já do nosso projeto para o Congresso”, afirma Roberto Ponciano, diretor do Sisejufe.

Na última Ampliada da Fenajufe, ocorrida nos dias 15 e



16 de agosto e que reuniu 140 delegados e delegadas de todo o Brasil, foi aprovado um calendário de mobilização em defesa da revisão salarial e pela continuidade dos trabalhos em torno do Plano de Carreira. A resolução final rejeita a proposta dos diretores gerais dos tribunais superiores, especialmente a gratificação de desempenho, defende a paridade entre os servidores ativos e aposentados e reivindica a diminuição da diferença salarial entre os cargos de auxiliares, técnicos e analistas

judiciários com base na tabela de vencimentos contida na proposta do GT de Carreira da Fenajufe, aprovada na XV Plenária Nacional, em Manaus. Ao aprovarem essa resolução, a Fenajufe e os sindicatos de base terão que lutar, ainda, pela manutenção da Gratificação de Atividade de Segurança (GAS) e da Gratificação de Atividade Externa (GAE), mesmo se a Gratificação de Representatividade (GR) for implementada. Outra luta importante é pela criação do Conselho Consultivo, que tem objetivo de dar continuidade à discussão sobre a carreira.

### LEIA TAMBÉM

#### Como foi o Seminário Saúde do Trabalhador

Páginas 4 e 5



#### Agentes de Segurança participam de encontro em Brasília

Página 2

#### Obras no fórum de Nova Iguaçu param de novo em função da burocracia

Página 3

#### CUT se mobiliza no Congresso por aumento a aposentados

Página 6

#### Sindicato cobra inclusão em plano de saúde de dependentes homossexuais

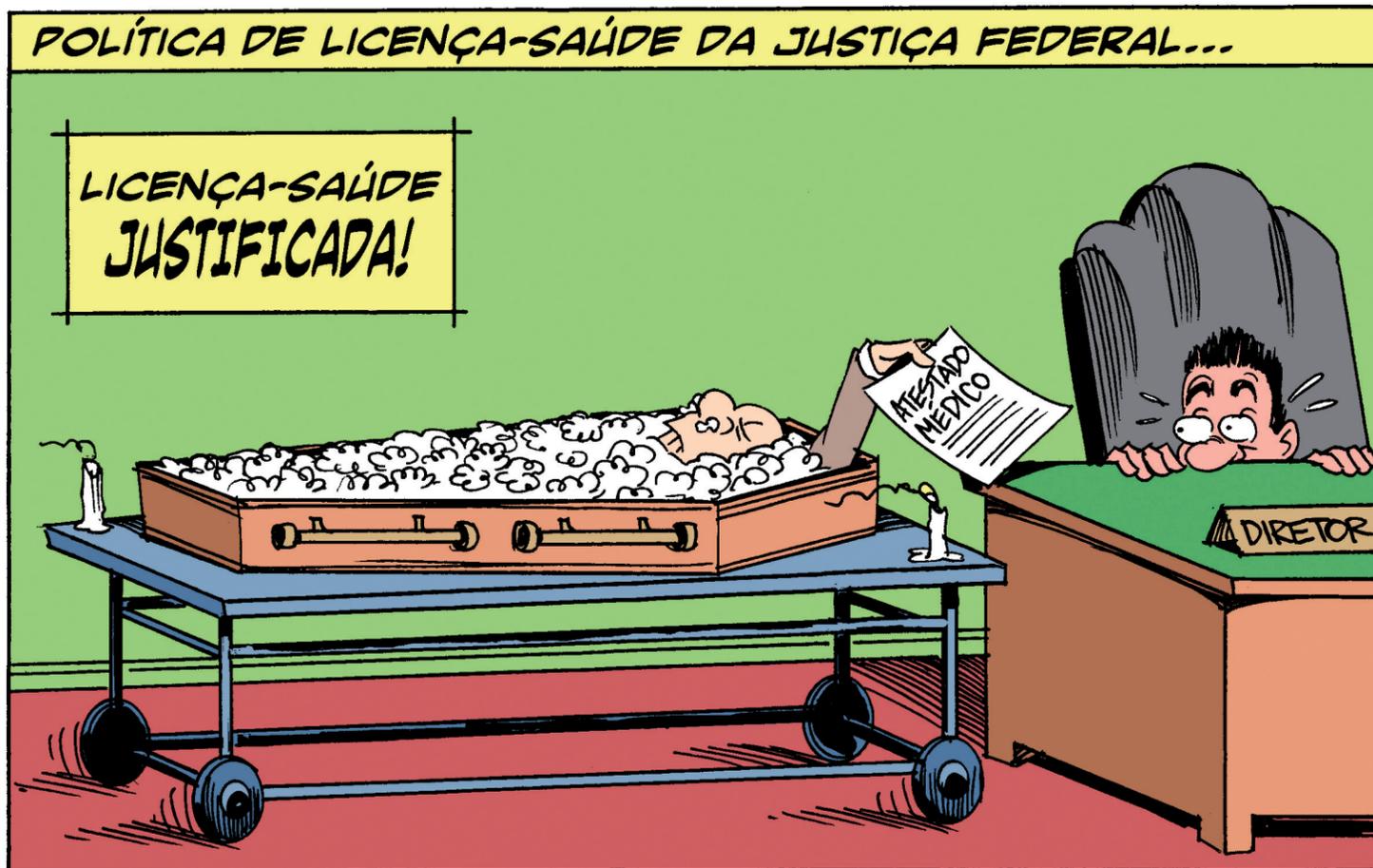
Página 7

### AGENTES DE SEGURANÇA FAZEM ENCONTRO NACIONAL

A realização de uma campanha nacional contra o desvio de função, o agendamento de uma audiência com o ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), para apresentar a insatisfação da categoria em relação à proposta dos diretores gerais sobre Plano de Carreira; a criação de um Grupo Tático Operacional para fortalecer a necessidade dos agentes de segurança no Judiciário Federal; e a intensificação da mobilização para a greve nacional. Esses foram os principais pontos discutidos e aprovados no 3º Encontro do Coletivo Nacional dos Agentes de Segurança (Conas) realizado em Brasília, dia 29 de agosto.

Com a participação de 40 agentes de segurança do Poder Judiciário, o evento também definiu que serão mantidas as ações no Congresso Nacional em defesa da aprovação da PEC 358/2005, além de encaminhar uma nota de repúdio ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de São Paulo contra a Portaria 102/2009, que regulamenta a Lei do atual PCS no que se refere ao programa de reciclagem para atividade de segurança.

Na programação do encontro destaque para as palestras sobre Aposentadoria Especial; Polícia Judicial; e Plano de Carreira. Após os debates, os agentes de segurança aprovaram vários encaminhamentos, que serão analisados pela Executiva da Fenajufe. Os representantes do Rio foram os agentes de segurança Jefferson Moreira de Oliveira e Renato Gonçalves da Silva, escolhidos durante reunião do Núcleo dos Agentes de Segurança (NAS), em 28 de agosto. O diretor Valter Nogueira Alves também participou do encontro na condição de coordenador da Fenajufe.



## Sisejufe: 20 anos de lutas e conquistas!

**Editorial** “Se olhássemos sempre para o céu, acabaríamos por ter asas.” – Gustave Flaubert

Roberto Ponciano\*

O Sisejufe completou, em 31 de agosto, 20 anos de existência. Filho da Democracia, como toda uma geração de brasileiros da década de 1980 que viveu sob a égide da ditadura militar e pouco ou nada sabe do que seus pais e avós fizeram para que hoje vivêssemos no Estado Democrático de Direito. A Democracia não foi um presente, foi uma conquista de uma geração que lutou, de 1964 até 1989, ano do primeiro presidente eleito democraticamente após o golpe, para que pudéssemos por nós mesmos trilhar nossos caminhos.

O Sisejufe é fruto desta luta, nasce no impulso da democratização, irmão siamês da Constituição Cidadã de 1988, que permitiu aos funcionários públicos se sindicalizarem e fazerem greve. Vistos como serviçais de uma ditadura que confundia o Estado como uma câmara de torturas e favores, nós

**Para isto é feito um sindicato, uma associação de mulheres e homens que não perderam a possibilidade do sonho e a capacidade de indignar-se.**

funcionários públicos não tínhamos o sagrado direito de nos insurgirmos. Não podíamos ser cidadãos, de servidores do povo, que é nossa vocação, éramos reduzidos a burocratas de uma ditadura que não conseguia conceber o Estado como o catalisador da justiça social.

Bravos e heroicos os companheiros e companheiras que junto com o presidente da comissão de constituição do sindicato, Almir Braga, foram ao Sindicato dos Engenheiros, assistidos pelo militante e ator Francisco Milani, para constituir o nosso sindicato. Um sindicato que cresceu na adversidade e, junto com toda nação, ainda vem aprendendo a viver sob o signo de uma democracia estável.

Tem gente que pensa que sindicato é somente para obtenção de salários maiores e mais polpudos. Ledo engano, o sindicato é muito mais do que isto. É uma associação de mulheres e homens que conseguem enxergar mais longe do que seu próprio umbigo e querem sim um salário digno, porém, desejam bem mais que isto. Querem um país melhor, mais justo, equilibrado, que não seja dividido entre ricos cada vez mais ricos, e pobres cada vez mais pobres, mas sim com justiça social.

Um país menos violento, no qual as crianças possam correr livres pelas ruas, e os pais tenham a esperança de saber que seus filhos têm futuro. Um país no qual os velhos não precisem vender bugigangas e doces para

sobreviver, posto que seus proventos de aposentadoria lhes bastam.

Nosso sindicato é um sindicato forjado na luta. Na luta contra as reformas neoliberais, contra a reforma da previdência, contra as privatizações, contra o congelamento de salários, contra a retirada de direitos. Crescemos e amadurecemos nestas lutas e, agora aos 20 anos, comemoramos pensando em sempre conquistar mais e melhor. Um salário digno, mas também uma vida decente para cada brasileiro e brasileira.

Que este seja o ideal que inspire e norteie os próximos 20 anos.

Parabéns a todos e todas, já que o sindicato é cada um de vocês, homem ou mulher, que nesse momento lê este texto.

Sisejufe, um sindicato de luta.

\*Diretor do Sisejufe.

**SISEJUFE:** Filiado à FENAJUFE e à CUT

**SEDE:** Av. Presidente Vargas 509/11º andar Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003

**TEL./FAX:** (21) 2215-2443  
**PORTAL:** <http://sisejufe.org.br>

**ENDEREÇO:** [imprensa@sisejufe.org.br](mailto:imprensa@sisejufe.org.br)

**DIRETORIA:** Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Gilbert de Azevedo Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Luiz Carlos Oliveira de Carvalho, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Willians Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Márcia Bauer.

**REDAÇÃO:** Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb 18.091) – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho  
**CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro – **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em  
Papel Reciclado.  
8,6 mil exemplares.  
Gráfica e Editora  
Minister

# Obras do fórum de Nova Iguaçu começam e param

## Justiça do Trabalho

## Servidores e usuários continuam expostos às condições precárias do prédio

Max Leone\*

As instalações do prédio do Fórum Trabalhista de Nova Iguaçu continuam em situação precária e os servidores expostos a péssimas condições de trabalho. Alguns serviços de manutenção e de reforma que a direção do Sisejufe reivindica há meses até começaram a ser feitos, mas logo em seguida foram suspensos ou aguardam pela burocracia para terem continuidade. Quem frequenta o local percebe que pouca coisa foi realizada nos últimos meses. A pintura das paredes dos corredores dos cinco pavimentos do prédio, por exemplo, ficou apenas na colocação de massa corrida, sem que uma gota de tinta fosse usada.

Vários setores ainda estão sem as placas do forro do teto, principalmente um trecho na entrada que dá acesso à rampa e às escadas. Sem contar o elevador, que há pelo menos dois anos não funciona. Um novo equipamento foi instalado, só que ainda não pode ser usado. Segundo informações do Setor de Manutenção do Fórum, falta fechar o contrato com uma empresa especializada em manutenção e contratar ascensoristas.

Por conta desse quadro de caos, a diretoria do Sisejufe protocolou ofício cobrando do presidente do Tribunal Regional do

Trabalho (TRT), desembargador Aloysio Santos, a relação das providências tomadas ou as que seriam adotadas para acabar com os problemas. Em ocasiões anteriores, o sindicato já reivindicara a reforma do prédio, tendo o magistrado se comprometido em realizar as mudanças necessárias.

As condições do imóvel e de trabalho dos servidores do TRT em Nova Iguaçu foram alvo de matéria publicada na edição 24 de Ideias em Revista, que circulou nos meses de abril e maio deste ano. A reportagem mostrou que os funcionários trabalham em um local com a fiação exposta e a rede elétrica sobrecarregada, com placas do forro caindo sobre a cabeça das pessoas. Um servidor do Setor de Manutenção, que não quis se identificar, informou que a fiação está sendo refeita. Mas precisa haver um projeto para aumento da capacidade da carga, além da troca dos cabos.

O prédio abriga as seis Varas do Trabalho no município da Baixada Fluminense, desde 1993. A cada mês mais de R\$ 30 mil são gastos no aluguel do imóvel. Os servidores reclamam que o principal problema enfrentado é justamente a falta de infraestrutura, além do déficit de pessoal para trabalhar.



Fotos: Max Leone

A situação é tão delicada em Nova Iguaçu que o Corpo de Bombeiros já notificou o TRT sobre a falta de condições do prédio, depois de vistoria realizada em novembro de 2007. E mesmo a Corregedoria do TST já alertou o TRT para a falta de condições mínimas de segurança para funcionar, com base em laudo do Corpo de Bombeiros. O TST alertou para risco de sinistro de “graves proporções”, inclusive com “possibilidade de ocorrência de mortes no local por falta de segurança”.

Em reunião, no dia 25 de

**Alguns serviços de manutenção e de reforma que a direção do Sisejufe reivindica há meses até começaram a ser feitos, mas logo em seguida foram suspensos ou aguardam pela burocracia para terem continuidade.**

março, em que os diretores do Sisejufe Roberto Ponciano, Valter Nogueira Alves e Willians Faustino de Alvarenga foram recebidos pelo presidente do TRT, o magistrado informou que o objetivo era o de resolver os problemas o mais rapidamente possível. Os dirigentes sindicais co-

braram um prazo, mas Aloysio Santos preferiu não estipular. Em recente ofício da direção do TRT, respondendo a questionamentos do sindicato, vários pontos foram abordados, mas a situação do prédio não foi discutida.

\*Da Redação

## Fórum poderá ter novo endereço

Os servidores da Justiça do Trabalho em Nova Iguaçu podem estar de mudança marcada. Uma fonte de uma das secretarias do fórum informou que um contrato com o Banco do Brasil (BB) está sendo negociado para que a instituição financeira pague o aluguel de um novo espaço, onde passaria a funcionar a Justiça no município da Baixada Fluminense. O novo local já teria até endereço – Avenida Doutor Ataíde Moraes 175. Nesse endereço, além das Varas Trabalhistas, também funcionaria, no térreo, uma agência



do BB. Segundo a fonte, as obras do novo prédio, mais funcional e moderno, estão em fase final e a mudança deverá

ocorrer em janeiro de 2010. Mas para que isso ocorra é preciso o aval da presidência do TRT.

## Aprovado crédito para auxílio-alimentação

**CNJ aprova também suplementação para despesas com assistência pré-escolar de TRTs**

O Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ratificou, no dia 8 de setembro, um parecer que trata da alteração de crédito suplementar para atendimento de despesas com assistência pré-escolar e auxílio-alimentação para 20 Tribunais Regionais do Trabalho (TRT) em todo o país.

O documento seguiu para a Comissão Mista de Orçamento da Câmara, onde será anexa-

do ao PLN 30/2009, que já tem parecer favorável apresentado pelo relator, senador Roberto Cavalcanti (PR-PB). Conforme o Sisejufe havia noticiado, a dotação orçamentária suplementar é o único caminho seguro para que o pagamento da verba cortada do auxílio alimentação seja feito. A assessoria parlamentar esteve presente na sessão do CNJ e também acompanhará a sessão de votação na Comissão de Orçamento da Câmara.

# Saúde pra dar e vender

**Seminário** Saúde do Trabalhador e Assédio Moral foram temas de encontro de dois dias

Texto e fotos  
Henri Figueiredo\*

Com os objetivos de evidenciar que o adoecimento dos trabalhadores está relacionado às condições de trabalho e apontar estratégias de superação das condições adoecedoras, aconteceu nas noites de 19 e 20 de agosto, o primeiro Seminário Saúde do Trabalhador e Assédio Moral do Sisejufe. Realização do novo Departamento de Saúde do sindicato, coordenado pelo diretor Marcelo Neres, o seminário trouxe quatro preletores que trataram dos quadros de adoecimento e seus desdobramentos nas relações de trabalho e indicaram ações de prevenção e promoção da saúde para os servidores do Judiciário Federal. Um dos temas centrais do encontro foi o assédio moral em suas caracterizações e modos de melhor combatê-lo no serviço público.

Na noite de 19 de agosto, os painelistas foram os médicos do trabalho Rogério Dornelles (Sintrajufe-RS) e Antônio Carlos dos Santos Cardoso (Cesteh-Fiocruz). Na segunda e última noite, as preletoras foram a doutora em Psicologia Terezinha Martins dos Santos Souza (IESC/UFRJ) e a coordenadora de Saúde do Trabalhador do Sintrajufe-RS Mara Rejane Weber. O Sisejufe emitiu certificados de participação que, de acordo com o informado pelo TRF e pela Seção Judiciária da Justiça Federal (SJRJ), serão reconhecidos para fins de Adicional de Qualificação.

## Condições de trabalho

O encontro teve início com o painel “Saúde do Trabalhador: Condições de trabalho e assistência”. Os preletores foram o sanitarista Antonio Carlos dos Santos Cardoso, chefe do ambulatório do Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh-Fiocruz); e o médico do trabalho Rogério Dornelles, que é assessor do Sintrajufe-RS e um dos elaboradores da cartilha “Contra o assédio moral, juntos podemos mais”, que começou a ser distribuída em agosto pelo Sisejufe. A mesa foi



**Dornelles e Antonio Carlos:** médicos do trabalho falaram na primeira noite

dirigida pelo coordenador do Departamento de Saúde do sindicato, Marcelo Neres, e na plateia estiveram presentes cerca de 30 servidores.

“Qualquer iniciativa sindical que discuta a saúde do trabalhador em relação ao seu ambiente de trabalho para nós é muito importante. Desenvolvemos um trabalho também de ensino, na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e é importante transmitir informações que esclareçam as pessoas sobre o tema”, diz Antonio Carlos, da Fiocruz.

A política de gestão aplicada por muito tempo nas empresas privadas e no setor público, que leva a um individualismo exacerbado, é apontada pelo médico Rogério Dornelles como responsável pelo aumento de casos de assédio moral. “A saída é a denúncia, leitura, conscientização, aumento da autoestima. Tudo isso. É preciso informar as pessoas sobre assédio moral e que isso é errado. Outra questão importante é o sindicato estar preparado para receber o servidor assediado. É preciso alguém da área da saúde e que consiga acolher esse servidor”, explica Dornelles. De acordo com ele, os departamentos de saúde são fundamentais nos sindicatos. “Além de instrumentalizar o sindicato para receber melhor o trabalhador, esses setores também são importantes para educar a totalidade das diretorias sobre as questões de saúde”, aponta. “Se isso não acontecer pode-se encontrar diretores sindicais que, diante de alguém com lesão por esforço repetitivo (LER), diga que aquilo é fingimento ou mesmo repro-

duza, no sindicato, o assédio moral”, alerta o médico.

Para Rogério Dornelles mais do que uma mudança de cultura das chefias, o problema do assédio é a falta de treinamento adequado. “As pessoas são escolhidas aleatoriamente e sem preparo para chefiar – e isso não significa saber mandar, mas



**Terezinha:** caracterização do assédio

fazer o trabalho andar melhor e de uma forma mais fácil e menos tensionada do que outras. Esse é o papel da chefia e isso se consegue com treinamento”, explica e completa: “Não há comando com intimidação. Há é atemorização. E por isso é preciso se rebelar e denunciar o assédio”.

De acordo com Dornelles, estamos cada vez mais perdendo noção de que viver é muito mais que trabalhar e de que a solidariedade é elemento fundamental na convivência. “Perdemos o hábito de conversar uns com os outros. Isso está sendo o banquete dos assediadores e das pessoas que estão nos comandando porque nós acabamos até rindo de quem sofre assédio moral e de quem está se dando mal. E isso se reflete na socie-

dade quando se passa a vibrar mais com a derrota do time do outro do que com a vitória de seu próprio time. É a cultura de admirar o vencedor – mas o vencedor é um só. Todos os outros perdem”, afirma.

## Quando parece mas não é

Em seu painel, na noite de 20 de agosto, a doutora em Psicologia Terezinha Martins dos Santos Souza caracterizou a prática de assédio moral com a presença da intencionalidade – quando o assédio é constante, deliberado e não apenas ocasional. “Destempero qualquer pessoa pode ter, estar num dia em que se grita com outra pessoa etc. Um chefe que grita com todo mundo não necessariamente é um assediador, ele é sim um grosso, um despreparado, mas não necessariamente um assedi-



**Mara:** assédio é sofisticado no Judiciário

ador, porque o assédio é uma escolha intencional, há um motivo para a prática”, explica a doutora. Segundo ela, a estratégia dos assediadores normalmente é retirar os meios de trabalho do alvo do assédio, fazer circular boatos sobre esse funcionário, sobre sua sexualidade ou sobre sua honradez. Outras características da prática do assédio seriam não cumprimentar o servidor e não informar ao alvo do assédio sobre o seu próprio trabalho. “Isso a gente chama de construir a incompetência do sujeito, se alguém não tem algumas informações do seu trabalho como é que se pode exercer bem as funções?”, exemplifica.

As vítimas mais constantes de assédio moral no serviço público, de acordo com a doutora Terezinha Souza são servidores

sindicalizados ou ligados a partidos políticos. “Nesses casos, o assédio acontece para a chefia se livrar de alguém que oferece alguma oposição e a oposição mais perigosa é feita por um grupo organizado ou por alguém que pertença a algum grupo – seja sindicato, seja partido”, explica. Novamente, neste caso, Terezinha alerta para a necessidade de se qualificar bem o assédio para que as instituições não incorram em erro. “Vamos tratar de uma situação hipotética, mas comum. Numa eleição sindical, um determinado grupo ganha a disputa. O grupo que perdeu pode montar uma falsa acusação de assédio sobre o grupo que ganhou. Ou então, numa troca de governo em que mudam as chefias e os funcionários permanecem. O governo que perdeu continua com seus quadros dentro dos setores e pode



**Neres:** Sisejufe tem se preparado

montar um processo de assédio contra os chefes atuais para desgastar posições do novo governo”, explica Terezinha. Diante de processos falsos de assédio moral, ela reitera que é preciso ser cuidadoso e técnico ao caracterizar o assediador e evitar que futuras denúncias de assédios reais caiam no descrédito. “Nem toda perseguição é assédio. Por exemplo: aumento de jornada em si não é assédio. Assédio é a política usada para obrigar os servidores a cumprir uma carga horária maior”, diferencia.

Para a painelistas Mara Rejane Weber, técnica judiciária do TRT da 4ª Região e coordenadora da Secretaria de Saúde e Relações de Trabalho do Sintrajufe-RS, o fato de haver estabilidade no serviço público torna a prática de assédio nessa área

mais sofisticada. “A base conceitual é a mesma, da intencionalidade, da repetição, mas o objetivo não é mais demitir e sim isolar ou remover o alvo do assédio”, explica Mara. De acordo com Mara, no Judiciário Federal a situação é ainda mais complicada porque não há controle social externo do poder. “O CNJ é um instrumento mas a sociedade não avalia o Judiciário, não há uma eleição como no Legislativo e no Executivo, o magistrado é vitalício e não pode ser removido. Então é preciso também discutir e construir a democratização do Judiciário”, defende.

De acordo com Mara, os sindicatos precisam entender que o assédio moral é uma doença do trabalho e trabalhar numa perspectiva política que coloque salário e qualidade de vida, com boas condições de trabalho, no mesmo patamar de luta política. “Os sindicatos precisam de uma estrutura de atendimento especializado em saúde em que haja acolhimento do servidor – com profissionais da área de saúde e, é claro, com toda a assessoria jurídica”, diz Mara.

Nesse sentido, o coordenador do Departamento de Saúde do Sisejufe Marcelo Neres considera que o sindicato está avançando. “Pretendemos buscar junto às administrações dos tribunais parcerias para que possamos melhorar o ambiente de serviço dos trabalhadores. O servidor vive uma boa parte da sua vida no ambiente de trabalho e é necessário que esse ambiente seja saudável. Para o Sisejufe, esta é uma questão atual e vamos cada vez dar mais ênfase nas atividades da área de saúde”, diz Marcelo, que é técnico judiciário com especialidade em Enfermagem.

Marcelo Neres lembra que, com a criação do Departamento de Saúde, o Sisejufe contratou um fisioterapeuta que atende de segunda a sexta, das 9h às 15h, e é especialista em Medicina Tradicional Chinesa; e também uma assessora para o departamento. “O Sisejufe está se preparando cada vez mais para receber os servidores e servidoras que tragam demandas relacionadas à saúde no trabalho. Hoje temos questões graves como as das



**Primeira mesa:** adoecimento dos trabalhadores está relacionado às condições de trabalho

doenças ocupacionais provocadas pelo uso contínuo de computador, por exemplo. É para lidar com casos assim, e de estresse ou de assédios, que o sindicato se equipa”, explica Marcelo.

O novo patamar de luta e atendimento relacionado à saúde do trabalhador, buscado pelo Sisejufe com a criação de um departamento dirigido a esta área, é o avanço natural da política do sindicato de questionar as res-

trições às licenças médicas. A avaliação é do diretor Roberto Ponciano: “A gente vem batendo de frente e denunciando restrições de licenças e casos concretos de assédio moral porque queremos uma mudança de postura dos setores médicos. É preciso que se defenda os trabalhadores contra a arremetida dos juízes que querem restringir licença presumindo simulações. Em relação ao assédio moral, nosso sindicato do Rio é um dos campeões nacionais em denún-

cias. Estamos lançando agora a Cartilha do Combate ao Assédio Moral e temos seis casos denunciados em seis anos. Quatro desses casos já com vitórias em que houve a remoção e, num deles, até a aposentadoria ou exoneração dos assediadores. Com o Departamento de Saúde a nossa política que sempre foi combativa e atenta à saúde do trabalhador, agora dá um salto de qualidade”, diz Ponciano.

\*Da Redação.

# Servidor vítima de assédio acaba demitido

## Assédio moral

## Avaliação subjetiva reprova técnico em enfermagem por “falta de empatia”

A trajetória do técnico em enfermagem Claudio Coelho Gil Garcia, 48 anos, na Seção Judiciária do Rio de Janeiro, iniciada em 3 de novembro de 2005, foi encerrada no dia 3 de julho de 2009. Claudio foi comunicado por telefone de sua exoneração pela Seção de Serviços de Saúde enquanto estava em plena licença de saúde. Ao final de seu primeiro semestre de atividade no Sesau, Claudio teve um episódio isolado de desequilíbrio emocional quando elevou a voz e usou de vocabulário inadequado com alguns colegas. Na época, o técnico judiciário enfrentava problemas pessoais. Foi o que bastou para que fosse afastado do trabalho por três meses e meio – contrariando o parecer da psicóloga conveniada pelo Programa de Assistência de Psicologia (Papsi). De acordo com o parecer, o episódio tinha sido “pontual” e o servidor tinha plenas condições de retomar o trabalho.

Quando voltou ao trabalho, após três meses e meio, Claudio foi comunicado que estaria sendo observado do ponto de vista técnico e comportamental. “Evidentemente eu me senti constrangido. Essa observação foi mantida durante o restante do estágio probatório (por cerca de 1 ano) não só pela responsável

técnica, no caso uma enfermeira, como também pelos médicos da seção – contrariando a Lei 7.498/1986 que regulamenta o exercício da enfermagem”, conta Claudio.

O estágio probatório tem três avaliações. Na primeira, que antecedeu ao episódio do descontrole emocional de Claudio, ele teve um excelente resultado. Já nas avaliações seguintes, os resultados caíram consideravelmente, mas mesmo assim ele se manteve acima da média necessária para a aprovação. O estágio probatório do servidor encerrou em novembro de 2007. Em seguida recebeu a notícia de que tinha sido reprovado. “Um detalhe importante é que eu fui reprovado mesmo tendo ultrapassado a nota necessária para a aprovação”, diz Claudio. Ou seja, uma avaliação subjetiva do servidor contrariou a previsão legal e objetiva da nota. O diretor do Sisejufe Roberto Ponciano, que vem acompanhando os desdobramentos do caso de Claudio comenta: “Em uma avaliação, de forma desrespeitosa, a avaliadora registra que o servidor em questão era ‘esquisito’, como se o exercício da enfermagem fosse um trabalho de propagandista ou algo similar”.



**Claudio:** caso relatado no seminário

### Defesa restrita no TRF

A alegação principal para reprovação de Claudio foi de que, por se tratar de profissional de saúde, que lida diretamente com vidas humanas ele não poderia ter perdido o controle e alterado a voz com os colegas. Além disso, alguns médicos relataram ter observado falhas técnicas no trabalho de Claudio, durante todo o período em ele esteve sob observação. “Vejo isso como uma forma de assédio moral, de constrangimento. Porque não só não é competência do médico estar observando o trabalho da enfermagem, como também não é corriqueiro, não é comum que isso aconteça”, diz Claudio. Roberto Ponciano, do sindicato, completa: “Curioso terem relatado falhas no trabalho de Claudio, até porque ele já foi enfermeiro do Hemório”.

Ao receber a notícia da reprovação, em 2007, ele ingressou com o primeiro recurso administrativo para a Comissão de Avaliação de Desempenho. O recurso foi indeferido. O servidor não desistiu e entrou com um segundo recurso administrativo dirigido para a assessoria técnica de recursos humanos. Em maio de 2009, houve o julgamento do recurso de Claudio no Conselho de Administração do TRF – ocasião em que foi negado ao advogado de defesa de Claudio a sustentação oral, o que pode caracterizar infração constitucional, já que ele teve restrito o direito à ampla defesa. Segundo o advogado Rudi Cassel, o TRF negou o pedido de sustentação oral por ausência de previsão regimental, o que configura violação ao direito constitucional fundamental da ampla defesa. Para o assessor jurídico, “a restrição à sustentação oral em processo administrativo, em especial quando se discute exoneração do servidor, configura ofensa ao Estatuto da Advocacia (Lei 8906/94), que garante ao procurador a realização de sustentação oral, seja em processo judicial ou administrativo”. “Se não fosse suficiente, o processo de reprovação no estágio probatório está repleto de irregularidades, que surpreendem

por terem permitido conclusão tão equivocada”, completa Cassel.

“É importante frisar que entre a minha reprovação, em novembro de 2007 e a decisão de maio de 2009, permaneci trabalhando sem qualquer problema”, diz Claudio. Inclusive, ele relata, lhe foi aplicada uma avaliação chamada Proged – Processo de Gestão de Desempenho dos Servidores da Justiça Federal em 2009. O Proged é uma avaliação dirigida a servidores estáveis com o objetivo de progressão funcional. Claudio foi aprovado no Proged. “Juntamos essa avaliação no processo, mas isso não foi levado em conta pelo TRF”, diz Claudio.

Claudio ajuizou ação na Seção Judiciária do Distrito Federal reclamando a reforma da decisão do TRF da 2ª Região e a sua reintegração aos quadros da SJRJ. “Estou participando desse Seminário Saúde do Trabalhador e Assédio Moral do Sisejufe porque considero importante a luta contra o assédio moral. Como servidor da Sesau era comum atendermos servidores em situação de descompensação emocional, emocionalmente instáveis em virtude de pressões sofridas em seus setores de trabalho”, diz Claudio.

\*Da Redação

# CUT prepara mobilização para aumento a aposentados

**Aposentados** Garantida negociação com o governo, central passa a pressionar o Congresso para manter ganhos de inativos

Após negociar e fechar um acordo com o governo federal e as demais centrais sindicais, que garante aumento real, em janeiro de 2010 e de 2011, para aposentados e pensionistas do INSS que ganham acima do salário mínimo (R\$ 465), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) inicia agora a mobilização para provar a proposta no Congresso Nacional. No dia 28 de agosto, em São Paulo, a direção nacional da CUT discutiu e deliberou sobre o encaminhamento que será dado ao tema. O acordo negociado com os ministros Luiz Dulci (Secretaria-Geral da Presidência da República) e José Pimentel (Previdência Social) só passará a valer depois de aprovado por deputados e senadores, garantindo em janeiro de 2010 um reajuste de 6,19% para cerca de 8,2 milhões de aposentados do INSS em todo o país. Para a direção cutista, será necessário muita mobilização dos trabalhadores para pressionar os parlamentares a manter os termos fechados na negociação que prevêem ainda o fim do Fator Previdenciário, mudanças importantes para concessão de aposentadorias futuras, a criação de uma Comissão Permanente de Valorização do Idoso e preserva a política de reajustes do salário mínimo. A proposta será enviada em forma de projeto de lei pelo deputado federal Pepe Vargas (PT-RS).

“Para negociar essa proposta, a CUT considerou como premissas: preservar a atual política de valorização do salário mínimo – que contempla 43 milhões de pessoas, incluindo 18 milhões de aposentados do INSS – e garantir a recuperação permanente do poder de compra das aposentadorias acima de um salário mínimo”, diz um trecho da nota que a direção nacional divulgou.

**Segundo os dados do Ministério da Previdência (maio de 2009,) existem hoje no Brasil 26,5 milhões de aposentados. Destes, 18,3 milhões (69,25% do total) recebem até um salário mínimo. Portanto, aprovar a política do salário mínimo atende quase 70% de todos os aposentados, além de favorecer outros 25 milhões de trabalhadores que dependem direta ou indiretamente do salário mínimo.**

Os dirigentes nacionais da central afirmam que o acordo é muito positivo para a classe trabalhadora. E apresentam dados que demonstram como as mudanças melhoram significativamente as condições e os valores das futuras aposentadorias. No caso das aposentadorias acima do salário mínimo, a proposta que as centrais conseguiram conquistar diz que em janeiro de 2010 e de 2011, esses benefícios terão reajuste pela inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescidos de um aumento real correspondente à metade do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) – que é o conjunto das riquezas produzidas pelo país –, de dois anos anteriores.

A CUT também defenderá a implementação de uma comissão permanente de negociação para tratar de políticas para valorização do idoso, tais como: a fixação de uma política permanente de recuperação do poder de compra das aposentadorias, inclusive com a implementação de um índice do custo de vida para o idoso; políticas de transporte, políticas de saúde, remédios etc. De acordo com a direção nacional, essa comissão será formada por representantes dos trabalhadores e dos aposentados e por ministros e secretários executivos – ou seja, aqueles que realmente têm poder de decisão

dentro do governo. Será na comissão que os trabalhadores vão negociar uma política de valorização permanente para todas as aposentadorias. A CUT avalia que, assim, a perda do poder de compra será interrompida e, com o tempo, será revertida.

Baseado em dados do Ministério da Previdência Social, a direção da central mostra que na faixa de um a dois salários mínimos existem 3,5 milhões de aposentados (13,37% do total); entre dois e três salários mínimos existem quase dois milhões de aposentados (7,21% do total); entre três e quatro salários mínimos são mais 1,5 milhões de aposentados (5,58% do total). Acima de quatro salários mínimos, há 1,2 milhões de aposentados (4,59% do total).

Na reunião do dia 28 de agosto, os sindicalistas cutistas lembraram que no período de 1995 a fevereiro de 2009, as aposentadorias acima do piso previdenciário de um salário mínimo tiveram reajuste de 24,79% maior que a variação do INPC no mesmo período. Portanto, não existiria de fato perda inflacionária, mas, sim, perda do poder de compra das aposentadorias.

“Não podemos esquecer que essa perda do poder foi ainda pior nos tempos de FHC, especialmen-

te depois que da Reforma da Previdência. Antes de FHC, as aposentadorias eram calculadas com base no número de salários mínimos que a pessoa contribuía. Por isso é comum ouvir aquela famosa frase, com uma ou outra variação: Eu me aposentei com 10 salários mínimos e agora só recebo quatro”, explica a direção.

De acordo com a CUT, muitos senadores e deputados que hoje fazem discurso em defesa dos aposentados, principalmente aqueles ligados ao PSDB e DEM, foram justamente os mesmos que votaram contra os aposentados e a favor de FHC na aprovação da reforma. Para a CUT, o fundamental é garantir aumento real para os aposentados que ganham acima do salário mínimo. Por isso, a luta por uma política de recuperação gradual do poder aquisitivo das aposentadorias, principalmente porque a grande maioria ganha no máximo R\$ 1.400 e teve uma perda grande, pois deixaram de receber benefícios que compunham a remuneração quando eles estavam na ativa (vale-refeição, participação nos lucros e resultados, entre outros).

Todo o processo de negociação com o governo se pautou pela manutenção da atual política de valorização do mínimo, que resultou na correção pela inflação do período mais aumento real de acordo

com a variação do PIB de dois anos anteriores. Isso representou no último aumento, conquistado em fevereiro deste ano um índice de 12,05%, que é a inflação de 2008, medida pelo INPC, de 5,92%, e mais o crescimento do PIB de 2006, de 5,79%. Esse percentual foi aplicado sobre o mínimo, que subiu de R\$ 415 para R\$ 465. Para janeiro de 2010, trabalha-se com previsões de que o mínimo pode ser mais que R\$ 500. Por exemplo: em janeiro de 2010, se a inflação entre fevereiro a dezembro de 2009 for de 4%, e se de fato o PIB cresceu 5,1% em 2008, o reajuste será de 9,3%. O valor do salário mínimo passa dos atuais R\$ 465 para R\$ 508.

Segundo o Dieese, 43,4 milhões de brasileiros são beneficiados direta ou indiretamente com a política de valorização do piso nacional. Um acréscimo de R\$ 50 por exemplo, injetaria R\$ 27,8 bilhões ao longo do ano na economia. Esse dinheiro, gasto em compras de alimentos, roupas etc, faz o comércio vender mais, a indústria produzir mais elevando o emprego e renda. Portanto, é um poderoso instrumento de distribuição de renda e de combate a crise.

Apesar de ser muito positiva, essa política permanente de valorização do salário mínimo ainda não foi aprovada pelo Congresso. Os aumentos só estão saindo todo o ano porque o governo Lula tem cumprido sua parte. Se a lei que regulamenta essa política não for aprovada, em janeiro de 2010 o governo Lula vai ser obrigado a editar uma nova medida provisória para garantir o acordo com a CUT e as centrais sindicais. Porém, em 2011, há o risco de ter que negociar com um novo governo.

\*Da Redação.

Mês do reajuste	aumentos do piso previdenciário	reajuste nominal (A)	INPC - IBGE		aposentadorias acima do mínimo
			variação (C)	Aumento (A/C)	
mai/95	R\$ 100,00	-	-	-	-
mai/96	R\$ 112,00	12,00%	18,22%	-5,26%	12,00%
mai/97	R\$ 120,00	7,14%	8,20%	-0,98%	7,14%
mai/98	R\$ 130,00	8,33%	4,12%	4,05%	8,33%
mai/99	R\$ 136,00	4,62%	3,88%	0,71%	4,62%
abr/00	R\$ 151,00	11,03%	5,35%	5,39%	11,03%
abr/01	R\$ 180,00	19,21%	6,27%	12,17%	19,21%
abr/02	R\$ 200,00	11,11%	9,72%	1,27%	11,11%
abr/03	R\$ 240,00	20,00%	18,54%	1,23%	19,71%
mai/04	R\$ 260,00	8,33%	7,06%	1,19%	4,53%
mai/05	R\$ 300,00	15,38%	6,61%	8,23%	6,36%
abr/06	R\$ 350,00	16,67%	3,21%	13,04%	5,01%
abr/07	R\$ 380,00	8,57%	3,30%	5,10%	3,30%
mar/08	R\$ 415,00	9,21%	4,97%	4,04%	5,00%
fev/09	R\$ 465,00	12,05%	5,92%	5,79%	5,92%
<b>TOTAL (1995-2008)</b>		<b>365,00%</b>	<b>157,33%</b>	<b>80,70%</b>	<b>221,13%</b>

## ← Aposentadorias acima do salário mínimo

Reajuste do Salário Mínimo – 2003 – 2009				
	Valor	Reajuste Nominal (5)	INPC (%)	Aumento Real (%)
Abril de 2002	200			
Abril de 2003	240	20	18,54	1,23
Maio de 2004	260	8,33	7,06	1,19
Maio de 2005	300	15,38	6,61	8,23
Abril de 2006	350	16,67	3,21	13,04
Abril de 2007	380	8,57	3,3	5,1
Março de 2008	415	9,21	4,98	4,03
Fevereiro de 2009	465	12,05	5,92	5,79
Total do Período		132,5	60,4	44,95

Fonte: Dieese

# Pela inclusão de companheiros(as) homossexuais

## Plano de Saúde

## Sindicato cobra que todos os tribunais e Unimed-Rio respeitem ato deliberativo do STF

Max Leone\*

A direção do Sisejufe encaminhou ofícios a todos os tribunais no Rio requerendo a expedição de ato administrativo regulatório de reconhecimento da união homoafetiva e da consequente relação de dependência para todos os efeitos estatutários, previdenciários e de assistência social, inclusive para inclusão do companheiro ou da companheira no plano de saúde. Também por isso, o sindicato oficiou a Unimed-Rio, com quem mantém convênio para os sindicalizados, os dependentes e os funcionários do sindicato. Os ofícios se baseiam no Ato Deliberativo 27/2009, do Supremo Tribunal Federal (STF) publicado recentemente e que garante aos seus servidores que vivam ou mantenham uma união homoafetiva o direito de incluir os companheiros ou companheiras no plano de saúde do tribunal, o STF-Med. A medida está em vigor desde o dia 1º de julho de 2009, conforme notícia veiculada pelo próprio STF em seu sítio eletrônico. A iniciativa decorreu de decisão do Conselho Deliberativo do STF-Med, após reuniões realizadas para análise da questão.

Nos documentos enviados aos tribunais e à Unimed, o sindicato registrou que, embora este precedente administrativo do STF demonstre a possibilidade do órgão adotar posição idêntica, é verdade que no âmbito judicial a matéria se encontra consoli-

data há mais tempo e listou processos julgados a respeito. Deixando de forma bem clara o requerimento, o Sisejufe reproduziu, nos ofícios, o teor da seguinte decisão do STJ: “Plano de Saúde. Companheiro”. “A relação homoafetiva gera direitos e, analogicamente à união estável, permite a inclusão do companheiro dependente em plano de assistência médica” (Resp 238.715, RS, relator ministro Humberto Gomes de Barros, DJ 02.10.06). Agravo regimental não provido.” (STJ, AGA nº 200702565624, Relator Min. Ari Pargendler, TERCEIRA TURMA, DJE de 5/11/2008).

O sindicato apontou também, nos documentos, que no âmbito do Regime Geral de Previdência Social, desde junho de 2000, a união homoafetiva é reconhecida para fins de dependência e concessão de benefícios previdenciários, matéria retratada na Instrução Normativa 25, de 7 de junho de 2000, publicada em 8 de junho de 2000.

“Pedimos que todos os tribunais expeçam ato administrativo regulatório do reconhecimento da união homoafetiva e da consequente relação de dependência para todos os efeitos estatutários, previdenciários e de assistência social, inclusive para inclusão no plano de saúde”, reafirma Roberto Ponciano, diretor do Sisejufe.

A iniciativa da direção do sindicato tem como objetivo evi-



Foto: Henri Figueiredo

Kátia e Inês: plano de saúde ainda não cobre dependentes em uniões entre pessoas do mesmo sexo

tar situações como a da funcionária da entidade Kátia da Silveira da Silva, de 45 anos. Ela mantém uma relação homoafetiva há 11 anos e não consegue fazer valer o direito de incluir sua companheira no plano de saúde. Sempre que faz o pedido, a Unimed nega. Nem mesmo para o filho que elas adotaram legalmente, a operadora aceita a inclusão. De acordo com Ponciano, a direção do Sisejufe vai se reunir com a Unimed para resolver o impasse. Há possibilidade de o sindicato entrar com ação na Justiça.

“É muito errado. Tem muito homem que conhece uma companheira e em pouco tempo a coloca como sua dependente. Eu que vivo há 11 anos com

minha companheira não posso, não tenho esse direito reconhecido. Por quê?”, questiona Kátia. A companheira de Kátia, Inês Aparecida Monteiro, 42 anos, que é servidora municipal, lembra que há mais de dois a Prefeitura do Rio reconhece a união para fins previdência. “Já fui funcionária do estado e também há o reconhecimento para fins de pensão. Agora, em plano de saúde nenhum órgão ainda reconhece a união de pessoas do mesmo sexo”, lamenta Inês.

A decisão do Sisejufe de cobrar dos tribunais o reconhecimento do direito dos homoafetivos foi bem recebida por quem pode vir a ter problemas para solicitar a inclusão no plano de saúde. A servidora da Jus-

tiça Federal do Rio Márcia Tinoço, de 44 anos, que mantém um relacionamento há 15 anos, está preparando a documentação para colocar sua companheira como dependente.

“Recebi com muita alegria a notícia de que nosso sindicato enviou ofício aos tribunais para implantação do benefício de seguro saúde aos companheiros homossexuais, respeitando iniciativa do STF. Tenho um relacionamento de 15 anos com a mesma pessoa e espero por isso todos esses anos. Espero que esse benefício venha logo, não só pra mim, mas para todos os colegas que se encontram na mesma situação”, festejou.

\*Da Redação.

## CNJ aprova orçamento de 2010 e não contempla reajuste salarial

O plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou no dia 8 de setembro parecer de mérito sobre a proposta orçamentária para 2010 da Justiça Eleitoral, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), da Justiça do Trabalho, da Justiça Federal, do Superior Tribunal Militar (STM) e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Passaram as dotações propostas de R\$ 5,164 bilhões para a Justiça Eleitoral; de R\$ 10,863 bilhões para a Justiça do Trabalho; de R\$ 1,512

bilhão para o TJDFT; de R\$ 6,444 bilhões para a Justiça Federal; de R\$ 997,136 milhões para o STJ e de R\$ 369,696 milhões para o STM.

De acordo com o relator, conselheiro Leomar Barros Amorim de Sousa, as propostas dos órgãos do Poder Judiciário foram elaboradas em conformidade com os prazos, parâmetros e procedimentos estabelecidos pela legislação em vigor e refletem as necessidades de recursos dos órgãos. O parecer do CNJ foi encaminhado à

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional com cópia para a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento.

“No projeto, no entanto, não consta o aumento dos servidores públicos do Judiciário, só o aumento do subsídio da magistratura. Isto nos leva a radicalizar a nossa luta pelo envio já do nosso projeto para o Congresso”, afirma Roberto Ponciano, diretor do Sisejufe.

## Guia “sexual” é retirado de circulação

O TRF determinou a retirada de circulação do guia “Rio for Partiers”. A decisão foi da desembargadora Salete Maccaloz, que revogou a decisão do juiz da 21ª Vara Federal em recurso interposto pela Embratur. O guia turístico, que classificava as mulheres cariocas indicando como os turistas conseguiriam relacionamentos sexuais com elas,

havia também sido alvo de protestos de movimentos e entidades de mulheres feministas, incluindo o Núcleo de Gênero e Raça do Sisejufe.

Estas organizações lançaram, em ato no dia 4 de agosto em frente à JF da avenida Rio Branco, uma nota de repúdio ao guia e à anterior permissão de sua circulação.

# Em busca de um antigo sonho

**Prata da Casa** Servidor do TRT divide seu tempo entre o tribunal, a família e sua grande paixão: a música

Max Leone\*

Quem não tem planos para colocá-los em prática depois da tão sonhada aposentadoria? Parar de trabalhar e direcionar todo o tempo do mundo a alguma atividade que dê muito prazer. O sonho do servidor do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) João Luiz de Souza, de 46 anos, é o de se dedicar, integralmente, a uma de suas maiores paixões: a música. Atualmente lotado na Divisão de Segurança do tribunal, ele organiza seu tempo com intuito de garantir espaço para o trabalho, a família, os estudos e, é claro, a música. Mas sempre com a perspectiva de um dia poder se entregar totalmente aos braços de sua tão amada música, cantando e tocando violão. “Trabalho no sistema de 24 horas por 96 horas de descanso. Na folga faço a minha faculdade, estou no oitavo período de Direito na Uni-Rio, ficou com a minha família e também encontro espaço para fazer a coisa que mais gosto que é tocar e cantar”, afirma o servidor, que há 19 anos está no TRT.

João Luiz de Souza é mais um personagem que o Projeto Prata da Casa apresenta aos servidores do Judiciário Federal do Rio. Iniciativa do Departamento de Formação, Cultura, Esporte e Lazer do Sisejufe, o Prata da Casa tem por objetivo descobrir, divulgar e dar espaço a servidores e servidoras que possuem talentos artísticos fora da reparação do serviço público. Músi-

co autodidata, cantor e compositor João Luiz descobriu ainda cedo a sua vocação musical. Ele lembra que ganhou um violão de um tio e desde então não mais largou o instrumento. Era o seu companheiro inseparável.

Aos poucos foi percebendo que precisava se desenvolver e, então, resolveu estudar música, chegando a fazer a Escola Villa-Lobos. Nesse período conheceu outra grande paixão, com quem viria a se casar: sua mulher Dida Souza, que também tem ligação com a música, pois é professora de piano. “Minha mãe diz que desde que eu me entendo como gente, eu gosto de música. Sempre ouvi muito rádio e por isso tive a influência do pop-rock”, lembra o servidor nascido em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

João Luiz não poupa elogios à esposa pela força e incentivo que ela sempre deu para que estudasse. Dida participa lendo e refazendo as partituras de suas composições. “Ela sempre corrige as minhas partituras”, comenta o músico que tem um CD de pop-rock gravado – “Ciclo de Espada”, lançado em 1997 – com todas as músicas compostas por ele mesmo, sendo que algumas resultado de parceiras.

## Migração para MPB

Compor é outro dom que o João Luiz descobriu cedo. Desde que começou a tocar, ele



João Luiz na Urca: bairro serve de inspiração para suas composições

compõe. O servidor lembra que atualmente possui cerca de 50 músicas registradas e que seu repertório agora é muito influenciado pela MPB. Essa migração do pop-rock para o outro estilo se deu pelo fato, diz, de ter ido morar no bairro da Urca, na Zona Sul do Rio. Segundo João Luiz, ele já mantinha uma relação antiga com a região – onde passava as férias e os fins de semanas durante a infância na casa de parentes – e depois resolveu morar lá, em 2002. A virada veio logo em seguida.

“Eu comecei no pop-rock e acabei migrando para a MPB. Fui morar na Urca, um lugar

calmo, bucólico e que eu gosto muito. Lá não dava para fazer muito barulho, tocar muito alto por causa dos vizinhos. Aí percebi que a MPB seria uma saída, uma alternativa. Aliás, o ar da Urca tem tudo a ver com bossanova, MPB. Acho que isso também contribuiu. Quando você gosta muito de tocar acaba ficando eclético”, explica, ressaltando que conta com o apoio dos colegas do tribunal para que leve a frente a carreira musical.

A paixão também pode proporcionar momentos de introspecção. No caso de João Luiz, a sua relação com a música também vive situações de conflitos

existenciais. Mas nada que não dê para ele superar e logo em seguida sair tocando seu violão e continuar perseguindo o objetivo de um dia viver profissionalmente da música. “A minha paixão pela música é muito grande, é como se eu fosse apaixonado por uma mulher ingrata. Acho que eu seria mais feliz se não gostasse tanto dela. Mas, por outro lado, não consigo viver sem a minha música. Além do mais, eu sou muito crítico para compor, se não gosto do resultado, descarto”, comenta sobre essa relação, cujo enredo também poderia resultar numa bela canção.

\*Da Redação

## Novo CD está em fase de finalização

Falta muito pouco para o mais novo projeto do servidor do TRT João Luiz de Souza sair do papel, ou melhor, terminar de ser gravado. Atualmente, entre as várias tarefas – no tribunal, na faculdade, em casa – ele e sua banda, a Urca Beach (não é coincidência não, é homenagem mesmo) se dedicam à finalização do novo CD, o segundo da carreira de João Luiz. De acordo com o músico, falta terminar duas músicas para a bolacha ficar pronta. As outras sete composições já estão gravadas. Todas são voltadas para a MPB. A expectativa é a de que tudo correr bem, no final do mês de março de 2010 o disco

estará na rua. Aí será arregaçar as mangas, trabalhar e divulgar o trabalho.

“O custo de produzir um CD pesa muito. A nossa proposta é ensaiar bastante e terminar o CD para depois cair na estrada, fazendo shows. Antes ainda preciso terminar a faculdade de Direito”, afirma, que atualmente é acompanhado por Michel Maia (baixo), Wagner Souza (guitarra), Osmar Fernandes (bateria), e quando não com a participação mais que especial de sua mulher Dida Souza, nos teclados.

Tanto o novo repertório



quanto o nome da banda (Urca Beach) têm relação íntima com o bairro da Zona Sul. Com o trabalho, ele rende uma homenagem ao local que lhe traz tantas boas recordações.

“É um lugar que parou no tempo. Está do mesmo jeito de anos atrás. Tem relativa segurança e é muito bonito”, reafirma. [Max Leone]



Urca Beach em ação: novo CD está quase pronto

**Descoberta de talento** - Se você tem veia artística, seja em que área for, e quer um espaço para ver seu trabalho divulgado, entre em contato com o Sisejufe. Quem sabe o próximo personagem do Projeto Prata da Casa não será você? Envie seu contato com alguns detalhes de seu trabalho para imprensa@sisejufe.org.br .